

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

11.º Tabelionato Caetano



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná, realizada dia 21 de fevereiro de dois mil e cinco.

CASA CIVIL  
C.T.J.  
FLS. 70  
RUB. 8

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e cinco, às quinze horas, na sala de reuniões da FAEP – à Rua Marechal Deodoro, 450 , 15º andar / Curitiba / Paraná - reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná – FUNDEPEC: Ágide Meneguette – Federação da Agricultura do Estado do Paraná; Ronei Volpi – Sindicato dos Produtores de Gado de Corte e Gado de Leite do Paraná - SPGCGL-PR; Romeu Carlos Royer – representando a Associação Paranaense de Suinocultores – APS; Ivo Almeida – Associação Paranaense de Criadores de Búfalos – ABUPAR; Cláudio César Casagrande - Associação Paranaense de Avicultura – APAVI; Péricles Pessoa Salazar – Sindicato da Indústria da Carne e Produtos Derivados do Estado do Paraná – SINDICARNE; Altair Valotto - Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa – APCBRH; Ícaro Fiechter – representante da Associação dos Abatedouros e Produtores Avícolas do Paraná - AVIPAR; Flávio Enir Turra – representante da Associação das Cooperativas do Paraná – OCEPAR; Wilson Thiesen – Sindileite; Ugo Erminio Rodacki – FEPAC; Paulo F. Giareta – APS e também presentes, os Senhores: Vicente Barbosa Miranda – FAEP; Rubens E. Niederheitmann – FAEP; Alexandre Jacewicz – FAEP; Maria Silvia Digiovani – FAEP; Emanuelle Gemin – FAEP; Carlos Augusto Albuquerque – FAEP e o Sr. Antônio Poloni – Fundepec-PR para deliberar sobre a seguinte pauta: 1- Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2. Aprovação das contas da gestão financeira e Relatório de Atividades de 2004; 3. Discussão de uma Proposta de Reorganização e Institucionalização dos CSA; 4. Sugestão de Agenda para realização de Seminários Regionais para Implementação do Item 3 e 5. Assuntos gerais; Dando inicio a reunião o Sr. Ágide agradeceu a presença de todos e relatou que no dia 14 de dezembro do ano passado, o Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Orlando Pessutti assinou o novo convênio com o Fundepec-PR com prazo de vigência de 05 (cinco) anos, e que o atual convênio é nos mesmos termos e objetivo que o anterior e, que também, autorizou o repasse de R\$ 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil reais), sendo que o valor foi creditado na conta do Fundepec-PR, no início deste ano e o dinheiro aplicado em CDB/DI, no Banco do Brasil. Logo após o Sr. Ágide solicitou ao Sr. Antônio Leonel Poloni que procedesse a leitura da ata da reunião anterior. O Sr. Poloni falou que os membros titulares do Conselho haviam recebido a ata com antecedência e propôs que fosse dispensada a leitura. Colocada em votação a proposta foi aprovada por todos. Em seguida o Sr. Ágide colocou em votação a ata da reunião anterior. A ata foi aprovada por unanimidade. O Sr. Ágide passou para o segundo item da pauta e solicitou ao Sr. Vicente que procedesse a apresentação do balanço patrimonial, do exercício encerrado em 31/12/2004. O Sr. Vicente demonstrou as seguintes peças contábeis: balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício encerrado em 31/12/2004, demonstrativo da origem e aplicação de recursos; comparativo da despesa orçada com a realizada, comparativo da receita orçada com a realizada e comparativo do imobilizado orçado com o realizado. O Sr. Vicente prestou todos os esclarecimentos aos membros do Conselho e colocou-se a disposição para sanar outras dúvidas que por ventura ocorressem e informou que todos os documentos contábeis estão arquivados e a disposição dos membros do conselho. O Sr. Ágide reafirmou que a FAEP continuará a absorver todas as despesas do Fundepec-PR, pois os recursos arrecadados são integralmente destinados às eventuais indenizações a produtores que sofrerem episódios sanitários, os quais devem estar em conformidade com as normas para receberem indenizações. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação as contas do exercício de 2004 e foi aprovado por todos. Em continuidade o Sr. Ágide solicitou ao Sr. Poloni que procedesse apresentação do relatório de atividades do exercício de 2004. O Sr. Poloni fez o seguinte relato: desde a sua criação, o FUNDEPEC – PR vem atuando na

incorporação da iniciativa privada às ações de defesa agropecuária e na ajuda ao Estado para modernizar o seu sistema de defesa sanitária. A ação do FUNDEPEC – PR foi crucial para a criação do CONESA, do reforço ao sistema de defesa do Estado, incluindo a contratação de novos técnicos e seu treinamento, na reciclagem dos técnicos mais antigos, na realização de uma série de seminários de conscientização e mobilização e no processo de obtenção do reconhecimento do Paraná como área livre de febre aftosa. O FUNDEPEC-PR, exercendo suas funções, iniciou o ano de 2004 com um alerta/apoio ao Governo do Estado sobre a necessidade da contratação de técnicos (veterinários, agrônomos e técnicos agrícolas) para fortalecer o setor de defesa agropecuária. Tal ação culminou com a contratação de cerca de cem técnicos no mês de outubro/2004. Atento às questões econômicas do setor pecuário, o FUNDEPEC-PR desenvolveu um trabalho de Análise de Risco Econômico Sanitário, demonstrando em números o valor das perdas no Estado e no País no caso de uma ocorrência sanitária. Tal estudo foi encaminhado em expediente ao Governo do Estado do Paraná e à Presidência da República. De modo a que o Programa Estadual de Rastreabilidade pudesse ser definitivamente implantado no Paraná, o FUNDEPEC-PR com suas entidades componentes, supriram as necessidades físicas e humanas necessárias à estruturação do setor de defesa da Secretaria de Estado da Agricultura – SEAB. No setor da suinocultura, o FUNDEPEC-PR cumprindo sua função – procedeu ações indenizatórias derivadas da Doença de Aujeszky. Tal ocorrência desencadeou um movimento mais forte do setor – em conjunto com o FUNDEPEC-PR no sentido de ampliar o seu Fundo de Segurança. Em setembro, quando da participação no Congresso Mundial de Rastreabilidade em São Paulo, foi possível constatar a justeza e acerto de todas as medidas que a entidade vem desenvolvendo na busca de ações conjuntas entre os setores público e privado, as quais entende como o melhor caminho a seguir na geração de desenvolvimento. Finalmente, o FUNDEPEC-PR está encerrando o ano de 2004 com um saldo superior a 15,5 milhões de reais em seu balanço, isto é o resultado da aplicação dos recursos gerados pelo recolhimento de taxas sanitárias e repassados pela SEAB, conforme prevê o convênio celebrado entre o FUNDEPEC – PR e a SEAB, estabelecido pela Resolução Estadual 097/02, renovando por mais 5 anos em dezembro. O Sr. Ágide colocou em votação o relatório de atividade, o qual foi aprovado por unanimidade. Passando para o terceiro item da pauta – discussão de uma proposta de reorganização e institucionalização dos CSA's, o Sr. Poloni fez um breve relato sobre como foram criados os CSA's no Paraná e comparou com o que funciona na Europa, os GDS, enfatizando principalmente na França e Itália. Em seguida falou que participou das últimas reuniões do Conesa e concluiu que a mobilização no interior esta totalmente desarticulada, no entanto devemos voltar a incentivar e reativar os CSA's, com ações mais fortes nas áreas de fronteira. O Sr. Poloni falou também que o Estado é o grande mobilizador, mas é o município que deve organizar a mobilização, pois é lá que as coisas acontecem. Em seguida o Sr. Poloni apresentou e comentou uma minuta de regimento interno para os CSA's com vistas a institucionalização. **"REGIMENTO INTERNO - CAPÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIA - Artigo 1º** - O Conselho de Sanidade Agropecuária (Municipal / Intermunicipal) do (s) Município (s) de XXXXXX, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com o objetivo de realizações visando assegurar a sanidade animal e vegetal, bem como a qualidade da produção agropecuária. **Artigo 2º** - Fazem parte do Conselho de Sanidade Agropecuária: - pelo Governo do Estado do Paraná, representante do DEFIS (?), da EMATER e o procurador do Ministério Público Estadual; - pelo Governo Municipal, o Secretário da Agricultura (ou seu congêneres); - pela sociedade civil, representantes de entidades que tenham ligação direta ou indireta com a produção, comercialização e industrialização de produtos agropecuários. **Artigo 3º** - O Conselho de Sanidade Agropecuária tem a seguinte constituição: - Presidente e vice Presidente – eleitos entre representantes da iniciativa privada local; - Secretário e suplente – indicados pelo setor de defesa agropecuária oficial do estado do Paraná; - Diretor de Mobilização – será sempre o Secretário Municipal de Agricultura e/ou Pasta correlata. Do município sede quando o Conselho for MUNICIPAL e de um dos municípios membros quando for INTERMUNICIPAL;

11.º TABELÃO  
Sérgio Pretti Caetano  
TABELÃO  
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original.  
Data: 02 Ago. 2005  
Cantão: 11/111111

*[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page]*

**Parágrafo primeiro** – No caso da suplência do diretor de Mobilização, este será um técnico do setor agropecuário do município quando o CSA for MUNICIPAL e um Secretário de Agricultura (ou congênere) quando for INTERMUNICIPAL; **Parágrafo segundo** – O mandato de cada membro será de dois anos, permitida a recondução para um único mandato consecutivo e sem limitação para mandatos não consecutivos; **Artigo 4º** - O Conselho de Sanidade Agropecuário tem como objetivo: - Promover ações para assegurar a sanidade dos rebanhos e da produção agrícola no seu âmbito de ação; - Relacionar-se com o CONESA, com o FUNDEPECPR e com os demais CSAs visando obter o melhor resultado possível para as ações de sanidade em todo o estado do Paraná. **Artigo 5º** - O Conselho de Sanidade Agropecuária se reunirá ordinariamente duas vezes ao ano, nos meses de abril e outubro e extraordinariamente sempre que for convocado pelo Presidente ou por um quarto de seus membros. **Artigo 6º** - Os casos omissos serão resolvidos pelo plenário do Conselho quando em sessão ordinária ou extraordinária; pelo presidente do CONESA ad referendum de seus membros em sessão ordinária ou extraordinária. **Artigo 7º** - Este regimento foi aprovado em reunião realizada no dia XXX de XXXXX de 2005 e publicado no Diário Oficial do estado em XXXX de XXXXX 2005, entrando em vigor nesta data. O Sr. Poloni disse que para ter validade jurídica o regimento interno dos CSA's tem que ser registrado nos cartórios de títulos e documentos e comentou que para implantar este novo sistema devemos fazer uma série de seminários, sendo os primeiros com a SEAB/DEFIS e secretários de agricultura dos municípios e, posteriormente, seminários regionais. O Sr. Poloni também apresentou minuta de ofício a ser enviado à SEAB, pelo Sr. Presidente, após aprovada por esse Conselho: **MINUTA - Ofício nº XXXX/05 – FUNDEPEC-PR-Curitiba, 21 de fevereiro de 2005. Excelentíssimo Senhor: A ação dos Conselhos de Sanidade Animal - CSA nos municípios do Estado foi decisiva para que as campanhas de vacinação contra febre aftosa conseguissem êxito e o Paraná pudesse obter o reconhecimento da Organização Internacional de Epizootias - OIE como área livre de aftosa em maio de 2000. Os CSAs foram chave, também, na conscientização e incorporação da iniciativa privada no esforço para manutenção do status sanitário nos anos seguintes quando se verificaram graves ocorrências de focos de aftosa na Argentina, Paraguai, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. O Paraná, contudo, ainda está sujeito à doença, que ronda nosso Estado nas suas fronteira e divisa oeste, principalmente pelo Paraguai. O Governo do Estado, na atualidade, está aumentando o seu quadro de técnicos do sistema de defesa sanitária animal e vegetal e ampliando o número de postos de fiscalização, de veículos e equipamentos. Os Conselhos de Sanidade Animal, entretanto, já não estão tão atuantes como no passado. Uma vez que o perigo da aftosa persiste e se torna necessário reforçar as campanhas de vacinação e de combate a outras doenças que podem prejudicar a produção e comercialização de nossa pecuária - bovina de corte e de leite, suína e de aves - e de nossa produção agrícola, que vem tendo um grande crescimento em face das exportações, cremos ser indispensável ampliar a participação da iniciativa privada e dos municípios no sistema de defesa, bem como reforçar o seu entrosamento com as autoridades sanitárias estaduais. Para que isso ocorra, sugerimos que os Conselhos de Sanidade municipais sejam reativados através da sua institucionalização e de uma ampla mobilização estadual. A institucionalização se dará através da aprovação de um estatuto padrão - aprovado pelo CONESA - devidamente registrado em cartório e da formalização das participações privada e oficial. Sugerimos que a diretoria dos CSAs Municipais e/ou Intermunicipais tenha a seguinte composição: - Presidente e vice - eleitos entre representantes da iniciativa privada local; - Secretário e suplente - indicados pelo setor de defesa agropecuária oficial do estado do Paraná; - Diretor de Mobilização - sempre o Secretário Municipal de Agricultura e/ou correlato. Do município sede do CSA quando for Municipal e de um dos municípios componentes quando for INTERMUNICIPAL; - No caso da suplência do Diretor de Mobilização, este será um técnico do setor agropecuário do município quando o CSA for MUNICIPAL e um Secretário de um dos municípios quando for INTERMUNICIPAL. Devem fazer parte dos Conselhos representantes de sindicatos rurais e de trabalhadores rurais, cooperativas, associações de produtores, associações de**

*[Handwritten signatures]*

14.º TABELIÃO  
Sergio Pretti Caetano  
TABELIÃO  
O presente fotocópia e reprodução fiel do documento original. Assinatura: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_  
Curitiba, 02 AGO. 2005

*[Handwritten signatures]*

profissionais do setor sanitário animal e vegetal, sociedades rurais, da sociedade civil (clubes de serviço, associações comerciais, igrejas e outras instituições que possam colaborar para a conscientização e concretização de ações). O Estado participará através de técnicos do DEFIS e da EMATER e do Ministério Público. Os CSAs terão como grande objetivo a Sanidade Animal e Vegetal, devendo ter ação concreta, promovendo reuniões de produtores para alertar para a necessidade de vacinações e de controle de pragas e doenças e atuando diretamente nas vacinações e na fiscalização, especialmente nos municípios de menor desenvolvimento e de maior carência no que diz respeito ao sistema de defesa e de controle. Para a implementação do projeto de institucionalização dos CSAs sugerimos que sejam realizados duas modalidades de seminários: 1) dirigido à todos os técnicos da defesa sanitária e chefes de Núcleos Regionais, visando um trabalho forte de conscientização interna – o que é imperativo para o sucesso do trabalho no campo; 2) Seminários regionais com a participação de dirigentes do Estado, dos organismos que fazem parte do FUNDEPEC do CONESA, dos prefeitos e secretários da Agricultura municipais e dos dirigentes dos CSAs. Atenciosamente, Ágide Meneguette – Presidente - Excelentíssimo Senhor - ORLANDO PESSUTTI - MD Presidente do CONESA - Nesta Capital. Manifestaram-se sobre este assunto os senhores: Romeu Royer , sobre a importância de treinamento para os novos veterinários e a questão das farinhas de carne e óssea e desmanche de carcaça; o Sr. Pérciles Salazar, indagou sobre o motivo do não funcionamento dos CSA's. O Sr. Wilson Thiesen sobre leis municipais que obrigam a ter serviços de defesa e serviço de inspeção municipal. O Sr. Ícaro Fiechter, sobre o decreto 232; O Sr. Ivo Almeida sobre a institucionalização das bases nos municípios, dizendo ser este o verdadeiro caminho. Todos estes assuntos foram amplamente debatidos e foi de consenso que temos que avançar. O Sr. Ágide falou que temos que levar ao Conesa estas questões, pois caso não sejam tomadas as devidas providências tudo o que fizemos até o momento será perdido. Em seguida o Sr. Ágide colocou em votação a minuta do regimento interno, conforme apresentado e transcrito anteriormente. A minuta foi aprovada por todos. No item quatro, sugestão de agenda para a realização de seminários regionais, ficou decidido que o Sr. Poloni irá verificar as melhores datas, compatibilizando as agendas do Secretário da Agricultura com as nossas. Em assuntos gerais. O Sr. Alexandre Jacewicz relatou sobre a reunião do fórum permanente da pecuária de corte; instalação de balanças pela Federação de Goiás para comparar o rendimento de carcaça. O Sr. Pérciles Salazar falou sobre a criação da Abrafrigo e a concorrência desleal de cinco grandes frigoríficos que basicamente comandam o mercado. O Sr. Ivo Almeida indagou se a CNA entrou com ação contra os frigoríficos. O Sr. Ágide comentou que a CNA está analisando a contratação de advogados. O Sr. Romeu sobre o embargo da Rússia para exportação de carne suína do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O Sr. Pérciles sobre o Sisleg e a confusão na legislação ambiental que está asfixiando a produção paranaense. O Sr. Romeu sobre vinculação da produção de suínos e código florestal que está fiscalizando e punindo o produtor rural. O Sr. Ágide falou que para estas questões temos que tomar o caminho jurídico. O Sr. Altair Valotto, da APCBRH sobre a rastreabilidade e o registro genealógico e sobre a instrução normativa que obriga análise da qualidade do leite. O Sr. Carlos Augusto, da FAEP fez breve relato sobre as questões ambientais em nosso Estado ressaltando as questões que envolvem o Sisleg, bacias hidrográficas e o código florestal. O Sr. Flávio Turra ressaltou que temos que trabalhar a legislação que envolve o licenciamento ambiental. O Sr. Ágide perguntou se havia outras questões a serem discutidas, não houve manifestações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente, agradeceu a presença de todos e solicitou a mim Antônio Leonel Poloni, Diretor Executivo, para lavrar a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature: Ágide Meneguette]*  
*[Handwritten signature: Antônio Leonel Poloni]*

11.º TABELIÃO  
Sérgio Pretti Caetano  
TABELIÃO

Lei: 13.228 de 18/07/2001  
FUNARPEN  
SELO DE AUTENTICIDADE  
2 AGO. 2005

TABELIÃO  
DE NOTAS  
Nº BGU08692

JOELMA FERNANDES-ALVES  
Juramentada